

Lugar de mulher
é na política



Resoluções do 10º Encontro
Nacional de Mulheres do PT



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

ÍNDICE

Contexto	2
I - Mulheres e feminismo	3
II- Mulheres do PT	4
III- O PT que queremos	10
IV- Nossa propostas para a Secretaria Nacional de Mulheres do PT	11
a) Nossa organização interna	12
b) Nos governos petistas	15
c) No legislativo	16
d) Nos movimentos sociais organizados	17
Resoluções	20
Moções	26

Juntas Construindo um Novo Brasil

Contexto

Para desenvolver propostas para a sociedade brasileira é preciso analisar as condições de desigualdade social e, em especial, da desigualdade entre mulheres e homens em nosso país.

Recentemente o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou um quadro sobre desenvolvimento, população e pobreza, em que a desigualdade entre os sexos se destaca como um dos fatores centrais das imensas fissuras sociais no Brasil.

Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), entre 1992 e 2006 a participação das famílias chefiadas por mulheres nas áreas metropolitanas do Brasil aumentou de 19% para 32%. Entre as famílias indigentes, no entanto, esta participação, nas mesmas regiões, aumentou muito mais: de 22% em 1992 para 42% em 2006. Essa diferença de dez pontos percentuais demonstra claramente a sobre-representação das mulheres entre os mais pobres.

A condição racial é outro fator de agravamento da desigualdade. Quando se analisam os dados da população que vive com até meio salário mínimo de rendimento familiar per capita, observa-se que apenas 34,8% das mulheres se declararam brancas, enquanto 77,1% são negras – sendo 64% chefes de família. No outro extremo (ren-



dimento superior a dois salários mínimos), as mulheres negras estão sub-representadas.

Para mudar este quadro é necessário que o Estado desenvolva ações concretas, através de políticas sociais capazes de incidir sobre uma realidade em que as mulheres ainda são tratadas como uma “não questão”.

O salário pago às trabalhadoras brasileiras continua menor do que os recebidos pelos homens, mesmo quando há igualdade de escolaridade, conforme constatou o relatório do IBGE. Na média salarial, uma mulher recebe 71,3% do rendimento do homem trabalhador. Já as mulheres com curso superior recebem 60% do que é pago aos diplomados. Nas seis capitais brasileiras pesquisadas, verificou-se que, para cada 780 mil homens desempregados, há 1 milhão de mulheres na mesma situação.

I. Mulheres e Feminismo

1. Cidadania significa a construção de condições igualitárias e de plena liberdade para todas as mulheres. Em uma sociedade justa e democrática, o objetivo principal deve ser a equidade com respeito às diferenças.
2. O feminismo propõe o fim do patriarcado como garantia da igualdade entre homens e mulheres. Isso obviamente provoca uma total mudança na estrutura do Estado, nas práticas, discursos e relações na sociedade.
3. O fato de ser mulher não pode nem deve ser socialmente construído com o viés da subordinação. Assim, o atendimento às necessidades das mulheres deve sempre ter um caráter de transformação das estruturas arcaicas e das políticas sociais paternalistas, apontando para novas concepções. Políticas elaboradas para favorecer os homens em primeiro lugar precisam ser reformuladas, da mesma maneira como determinadas ações sociais não devem ser vistas como algo exclusivo para as mulheres, principalmente no que diz respeito à maternidade.

Também é necessário mudar a forma de ver o trabalho doméstico e deixar de imputar tão somente às mulheres o papel de cuidadoras da casa, das crianças e dos velhos.

4. Uma mulher só será cidadã plena de direitos se for considerada na sua individualidade, independentemente das estruturas anacrônicas da sociedade, livre de papéis que não lhe conferem direitos iguais aos dos homens. É preciso efetivar políticas compensatórias e ações afirmativas para diminuir a distância na igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

II. Mulheres do PT

5. O PT foi o primeiro partido a incorporar, nos seus documentos e nas suas práticas, mudanças importantes para alterar a hierarquização de papéis na sociedade, ainda que, no que diz respeito à questão de gênero, alguns dos setores que vieram a compor o PT tenham se revelado avessos a autonomia e rebeldia originadas do pensamento feminista.

6. Desde a fundação do PT, militantes feministas trouxeram para o partido a importância da luta contra a opressão das mulheres como elemento estruturante de uma transformação radical da sociedade. É fundamental que o PT reitere esse compromisso. A luta feminista desafia as estruturas do capitalismo, que oprime as mulheres nas diversas dimensões da vida social, política, econômica e cultural, e sustenta relações sociais de dominação e exploração.

7. A construção política do PT levou suas militantes a incorporarem ao projeto partidário a luta pela liberdade e igualdade das mulheres. Isso fez com que, na riqueza do processo de discussão, fosse reconhecida a necessidade de combater a opressão contra as mulheres no interior das classes sociais, reconhecendo-as como “sujeitos sociais” que tinham necessidade e direito de se auto-organizarem.



8. Claro que dentre as próprias militantes petistas haviam diferenças de pensar a forma de organizar-se, de relação com a direção partidária e qual a melhor plataforma, mas com o tempo e a prática de algumas ações se viu que a essência era a mesma: relações igualitárias e não discriminatórias no exercício do poder e na sociedade.

9. Inicialmente o movimento de Mulheres do PT foi mais visível em alguns estados, onde já existiam discussões sobre a discriminação em várias frentes. Desse acúmulo nasceram algumas marcas que até hoje fazem parte de ideário petista e mostram a possibilidade de se fazer e mostram a possibilidade de se fazer militância integrada, sem contradição, às lutas feministas. “Não há socialismo sem feminismo” e “Muito Prazer, Mulheres do PT” são algumas destas marcas. A perspectiva de um feminismo socialista não se dissocia da luta pela superação da opressão sexual, da necessidade de profundas mudanças sociais e da ruptura com as brutais desigualdades de classe e étnico-raciais. Por esta razão, consideramos indispensável que o partido se identifique, de forma efetiva, com a subversão dos padrões, modificando as dinâmicas e os valores fundados na hierarquia opressora das relações entre mulheres e homens que permeiam a sociedade e mantêm a lógica de opressão, e envolvendo toda a população nos dois pólos desta contradição.

10. A incorporação dos ideais feministas foi um avanço no processo de constituição do PT, e isto fez e faz com que o partido seja reconhecido e às vezes cobrado por posições de vanguarda nas questões de gênero.

11. No final dos anos 80, contraditoriamente, de maneira inversa à consolidação do PT no cenário nacional, as mulheres perdem espaço na direção do partido. Isso provoca um movimento interno em busca de uma solução de equilíbrio no poder interno.

12. Durante o II Encontro Nacional de Mulheres do PT, em Vitória/ES,



surge pela primeira vez a discussão de cotas e ações afirmativas que corrijam as distorções no poder. É a primeira vez que se discute uma proposta como esta na sociedade brasileira. A proposta é derrotada, mas deixa a sua semente plantada nas mentes petistas.

13. Paralelamente à discussão interna, o PT apresentava no parlamento um projeto alternativo à Constituição de 88, onde incorporou pontos da plataforma feminista, pautando-se principalmente pela não aceitação de qualquer forma de opressão e discriminação.

14. É importante destacar que inovamos, no I Congresso, ao aprovarmos as políticas de ação afirmativa/cotas. Também fomos capazes de propor uma nova visão global de políticas públicas voltadas para igualdade entre mulheres e homens. Construímos e implementamos, não sem grandes obstáculos, uma proposta de políticas para as mulheres para os governos petistas, com as Coordenadorias, Secretarias e Ministério; e, ao mesmo tempo, priorizamos uma ação militante das petistas no movimento de mulheres.

15. Apesar do PT ter assumido algumas Prefeituras em 1982, só no ano de 1988, tivemos uma vitória mais marcante: 36 municípios, inclusive em capitais importantes. Até então as políticas públicas para as mulheres eram quase inexistentes, mas em 1989 se reconhece enfim a importância de organismos na esfera do executivo, com competência, autonomia financeira e administrativa, para executar as políticas públicas para as mulheres. Políticas ousadas nas suas Prefeituras e Governos Estaduais que criaram mecanismos, coordenadorias, que tratavam especificamente da opressão das mulheres.

16. Em Santo André, por exemplo, foi criada a Assessoria da Mulher, que se tornou modelo de políticas públicas para as mulheres no PT e no Brasil.

17. A partir daí, paulatinamente foram crescendo as experiências em

outras prefeituras petistas e hoje ainda são nesses governos onde as experiências mais frutificam.

18. A grande conquista das Mulheres do PT, entretanto, se deu em 1991, quando após uma grande articulação, foram levadas ao 1º Congresso do PT propostas de cotas de 30% nas direções partidárias e ações afirmativas que permitissem melhor participação política na vida partidária.

19. Já o 3º Congresso Nacional do PT, realizado em 2007, reafirmou o caráter socialista do partido, reconhecendo a centralidade das contradições de gênero, de raça e de classe no processo de dominação capitalista e a manifestação dessas contradições no interior da classe trabalhadora. Esse passo foi fundamental para a afirmação da democracia como elemento fundamental da política, para a superação do machismo, do racismo, da homofobia/lesbofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação.

20. Ainda no 3º Congresso o percentual de 30% de participação das mulheres se estendeu para as delegações enviadas aos encontros e congressos do nosso Partido. Também aí se deu a aprovação de outro ponto importante: a aprovação da descriminalização do aborto com atendimento na rede pública de saúde – bandeira histórica das mulheres do PT e do movimento social.

21. O PT elegeu vereadoras, deputadas estaduais, federais, senadoras, prefeitas e governadoras que eram militantes políticas e não detentoras de vínculos – filhas ou mulheres - com velhos clãs da política local. Isso legitima as nossas militantes para qualquer disputa ou ocupação de espaços de poder de forma igual aos nossos companheiros do sexo masculino.

22. Com o nosso partido no Governo Federal, tivemos uma participação fundamental nas duas Conferências Nacionais de Mulheres promovidas pela SPM/PR. Na última, negociamos a aprovação do Eixo sobre participação política das mulheres, hoje presente no II PNPM.

III. O PT que queremos

23. O partido deve dar apoio integral à formação política e feminista das mulheres.

24. Ao longo de 28 anos, o PT construiu alguns princípios firmes e um “modo petista” de fazer política e de estar no Governo, como agora no Federal, nos Estaduais e nas muitas Prefeituras. Temos a responsabilidade de cunhar nossas propostas e políticas testadas na questão de gênero nestas diversas instâncias. Levando-se em conta nossos novos desafios de ser governo.

25. Como partido no qual grande parcela dos trabalhadores e trabalhadoras no país se referenciam, o PT não pode deixar de explicitar seu compromisso prático e efetivo com o feminismo, com a luta contra a opressão das mulheres. Afirmar passos desta trajetória é importante. O PT, entre outros protagonistas, se somou à luta feminista na sociedade brasileira.

26. O PT tem se sustentado e se alimentado na inovação e inquietude dos movimentos sociais, mas sempre respeitando a sua autonomia e buscando interagir com as agendas desses movimentos. Com a responsabilidade de ser governo, o PT tem de ter um canal de fina sintonia com os movimentos sociais para aprimorar cada vez mais as relações, que de um lado têm o caráter reivindicatório e, de outro, a responsabilidade de executar programas e ações para uma sociedade multifacetada. É o equilíbrio na construção de um Estado de caráter democrático e republicano.

27. O PT tem que se mostrar vigoroso na luta das mulheres na sociedade e no partido, com maior repartição de poder para a condução dos rumos internos.

28. É fundamental também o engajamento na luta pela democratização profunda da sociedade; desde o sistema político até os meios de comunicação, geralmente monopólios privados que interferem cotidianamente no reforço de padrões de autoritarismo, inclusive no que



diz respeito ao papel social de subordinação da mulher. A democratização inclui ainda a reafirmação do caráter laico do Estado brasileiro; o acesso a direitos fundamentais para todas as classes e estratos sociais; a superação de preconceitos e discriminações; e a construção de condições efetivas para a igualdade econômica e social.

29. Isso só será possível com a criação de um modelo econômico que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e distribuição de renda, gerando novas formas de organização e apropriação da riqueza social. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção desse novo modelo de desenvolvimento.

30. Consideramos um desafio central do PT apresentar – como ponto estrutural de seu programa, de sua intervenção política –, propostas para modificar radicalmente a situação das mulheres, suas obrigações, a naturalização das diferenças hoje existentes, a menor inserção da mulher no espaço público e as diferenças de salário; além de romper com a educação sexista, defendendo a livre orientação sexual e a necessidade de políticas públicas que promovam a autonomia pessoal e econômica das mulheres, para superar a atual divisão social do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade com a reprodução do viver, com o trabalho doméstico.

31. Enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação é fundamental para a construção de um projeto social igualitário.

IV. Nossas Propostas para a Secretaria Nacional de Mulheres do PT

32. São grandes os desafios, são imensas as tarefas. É preciso construir uma nova etapa na organização das mulheres do PT, possibilitando a incidência do feminismo na vida real do partido e nos programas eleitorais, com estímulo às candidaturas de mulheres (em condições reais

de disputa), à ocupação qualificada de espaços nos governos e à estruturação de órgãos de políticas para as mulheres.

33. Reivindicamos que o PT enfrente em patamar mais elevado o debate político na sociedade, dando especial atenção às questões da descriminalização do aborto; da autonomia econômica e pessoal das mulheres (destacando-se o combate à pobreza e à exploração, especialmente no campo); das mulheres jovens; e das lutas pela igualdade no mundo do trabalho, contra o racismo e pela livre orientação sexual.

34. Desde o final dos anos 90, registra-se um visível crescimento do número de Secretarias Estaduais: de cinco para 24 hoje organizadas e em funcionamento. Para dar continuidade a este trabalho de construção e desenvolver novas frentes propõe-se:

a) Na nossa organização interna:

35. Garantir a continuidade de um programa e uma atuação coerente com as bandeiras históricas do feminismo.

36. Combater o sexismo e a todas as formas de discriminação e exclusão, tendo como ação estratégica a transversalização de gênero e raça em todas as instâncias da vida partidária.

37. Lutar por uma educação não sexista, não racista, não homofóbica, libertadora e plural.

38. Protagonizar a luta pelo fim da divisão sexual do trabalho.

39. Avançar mais e dar exemplo à sociedade, instituindo a paridade de mulheres e homens em todas as instâncias de decisão partidária; estimulando e apoiando as candidaturas de mulheres; fazendo campanhas públicas pela inserção das mulheres nas instituições de poder formal,



respeitando a diversidade racial.

40. Realizar campanhas internas de enfrentamento à violência contra as mulheres - física, sexual, psicológica, patrimonial e moral -, assim como na sociedade para avançar na implementação da Lei Maria da Penha. Punir militantes que cometam qualquer tipo de violência contra as mulheres.

41. Defender a proposta de um projeto de lei que legalize o aborto no Brasil, conforme deliberação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), reafirmada na II Conferência (2007).

42. Lutar pelo direito à livre orientação afetivo-sexual, para que mulheres e homens possam decidir sua vida sexual com autonomia, num contexto de ética pessoal e social, onde não exista lugar para coerção, exploração e abuso, fortalecendo a agenda LGBTTT no partido.

43. Dar continuidade ao processo de estimular o desenvolvimento de uma cultura de valorização da organização e das lutas feministas como parte de um processo emancipatório que o PT apresenta para a sociedade brasileira. Este conjunto de novas práticas levará não só ao incentivo de candidaturas de mulheres “pra valer”, e não apenas para o cumprimento das cotas, como também na formação da direção do PT em todas as suas instâncias.

44. Continuar a luta para a incorporação, de fato, no partido, de outras políticas de ação afirmativas aprovadas no 1º Congresso do PT, por exemplo a que diz respeito à existência de creches em todas as atividades partidárias de médio a grande porte, de modo que as/os militantes petistas não deixem de participar porque não têm com quem deixar os filhos.

45. Garantir a discussão de gênero e raça em todos os momentos da vida partidária: nas atividades de formação, nas campanhas políticas, nos programas de governo.



46. Estimular a participação das jovens mulheres do PT na secretaria de mulheres a partir da nova organização da Juventude do partido.

47. Organizar o II Encontro Nacional de Jovens Mulheres do PT em 2009, como um momento de auto-organização, formação política e construção do feminismo no PT.

48. Promover ações que incentivem as militantes petistas a participarem da direção do PT em todos os seus níveis.

49. Continuar a discussão com a direção partidária para um maior apoio estrutural e logístico aos trabalhos e atividades da Secretária Nacional, bem como nos Estados e Municípios;

50. Dar uma especial relevância à legitimação do trabalho da SNMPT, não só no âmbito externo, mas também internamente, utilizando inclusive os instrumentos da estrutura partidária para dar visibilidade da importância desta instância;

51. Assegurar o cumprimento das cotas de mulheres, uma das políticas de ação afirmativa aprovada no 1º Congresso do PT, com mínimo de 30% em todos os níveis de direção partidária, inclusive para as delegações enviadas aos encontros e congressos do partido, política esta que foi reafirmada e ampliada no 3º Congresso, e que ainda hoje volta a ser questionada ou cabalmente descumprida por alguns Municípios e Estados. Para ampliar o processo das ações afirmativas e conquistar avanços é necessário que a SNMPT realize o debate e o enfrentamento interno para que o PT assuma a paridade entre homens e mulheres nos espaços de poder e de decisão como instrumento de construção da igualdade.

52. Consolidar e fortalecer a SNMT por meio de reuniões periódicas do coletivo nacional, reafirmando a construção coletiva e a organização de mulheres de forma sistemática. Definir uma dinâmica de reuniões

e uma agenda da Secretaria com os diversos mecanismos de governo (secretarias/coordenadorias) responsáveis por políticas para mulheres nos governos petistas.

53. Garantir instrumentos de comunicação na estrutura do partido, que assegurem visibilidade e ágil troca de informações entre as diferentes instâncias.

54. Incluir na estrutura de formação do PT os princípios do feminismo como perspectiva de transformação das estruturas de poder no partido, com a realização de cursos, seminários e debates, observando as especificidades regionais, inclusive no âmbito da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação. Estas formações devem ser de forma regional e nacional.

55. Dar especial atenção à formação das militantes candidatas em eleições municipais ou estaduais, incluído do planejamento da campanha às estratégias políticas para viabilizar a vitória.

56. Propor e discutir com os candidatos majoritários a inclusão, nos planos de governos, de políticas de combate à discriminação das mulheres, incorporando organismos específicos nas administrações estaduais ou municipais; conforme resolução aprovada no encontro de criação de secretarias em todos os níveis de governo, com orçamento próprio.

57. Incorporar no Código de Ética do Partido medidas educativas e punitivas às ações que guardem discriminação de gênero.

b) Nos governos petistas:

58. Reafirmar as Secretarias de Mulheres, nos seus diferentes níveis de governo, como instrumentos para a implementação de políticas para a igualdade com capacidade política e orçamentária para o desenvol-

vimento de suas ações contribuindo para a elaboração feminista das políticas dos governos petistas.

59. Que as administrações e governos petistas formulem, executem e/ou coordenem políticas públicas anti-discriminatórias nas áreas de trabalho, saúde, enfrentamento à violência e educação, dando especial relevância à implantação do II PNPM, instituído pela Presidente da República e outras como:

60. Direitos sexuais e direitos reprodutivos;

61. Atendimento os casos de aborto em condições dignas na rede pública de saúde;

62. Combate ao abuso de cesarianas;

63. Garantia do livre exercício de diferentes orientações sexuais;

64. Garantir nas diferentes instâncias que estas tenham na sua estratégia política a igualdade de gênero e raça na construção do PPA e peça orçamentária.

c) No Legislativo:

65. Formular propostas de mudanças na legislação, de modo a incluir políticas públicas afirmativas que incentivem a participação feminina nas esferas de poder, assim como a fiscalização e o cumprimento da legislação já existente acerca dos direitos das mulheres.

66. Incentivar nas diversas bancadas a incorporação de um percentual de participação das mulheres nas mesas diretoras.

67. Incentivar que os parlamentares fortaleçam, por meio de medidas legislativas as políticas públicas para as mulheres.



d) Nos movimentos sociais organizados:

68. Lutar pela modificação da divisão sexual do trabalho na família, para que os homens também se responsabilizem por estas tarefas. A sobrecarga de trabalho para as mulheres constitui um fator de desigualdade que tem grande influência em toda sua vida. O trabalho doméstico e a responsabilidade com os filhos são, inclusive, uma das maiores dificuldades encontradas pelas mulheres para sua atuação política;

69. Lutar pela conscientização das mulheres acerca dos processos sócio-culturais que naturalizam e reforçam sua posição de inferioridade em relação aos homens.

70. Priorizar a ação das petistas no movimento de mulheres, articulando a defesa de uma plataforma feminista em diálogo com amplos setores do movimento social, no sentido de construir um movimento de massas nos setores populares. Construir o feminismo militante no PT e na sociedade.

71. Continuar a propor políticas, articulando e organizando as mulheres petistas nacionalmente, favorecendo o protagonismo das jovens e a conseqüente renovação de quadros feministas no partido, além de incorporar as contribuições políticas das negras, lésbicas e trabalhadoras rurais e urbanas.

72. Contribuir para que o PT apóie e atue junto aos movimentos de mulheres e feminista, respeitando sua autonomia e sua liberdade de crítica ao Partido dos Trabalhadores e aos governos petistas. Essa prática democrática é salutar porque contribui para o aprimoramento de nossa atuação política.

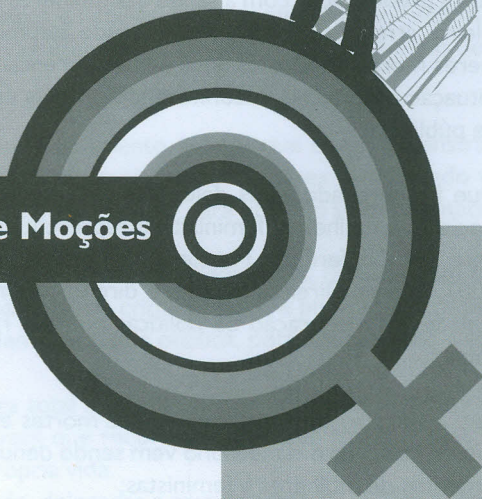
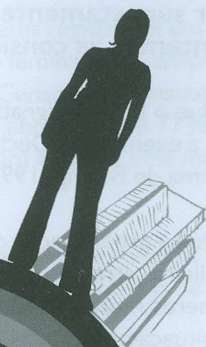
73. Estabelecer cotidianamente ações articuladas com outras secretarias, em especial as de Formação Política, Movimentos Populares e Combate ao Racismo, visando potencializar as lutas pela igualdade

racial e pela transversalização de gênero e raça em todas as instâncias partidárias.

74. Queremos uma Secretaria Nacional de Mulheres do PT, integralmente comprometida com o fortalecimento da luta feminista e socialista no interior do partido. Que a nova Coordenação se envolva plenamente com as tarefas que temos pela frente, sabedora das dificuldades que enfrentará, porém disposta a somar esforços e não apenas a cobrar resultados. As mulheres petistas devem estar engajadas na construção de um novo Brasil e de um novo Partido para Trabalhadoras e Trabalhadores, sem discriminação e com participação igualitária.



Resoluções e Moções



Resolução 01

74. Questões

grêmios

associação

votos ple

de

de

de

de

Diante da realidade das 9.826 mulheres que estão sendo indiciadas pela Polícia Civil, no estado de Mato Grosso do Sul, por supostamente terem realizado a prática do aborto, apresentamos as considerações:

1- Que o Brasil é signatário de diversos acordos e tratados internacionais, a exemplo da Declaração da Conferência do Cairo (1994), da Plataforma de Beijing (1995) e da Convenção de Belém do Pará (1995);

2- Que a preocupação com a saúde das mulheres levou a que o Estado Brasileiro, através do Ministério da Saúde assumisse que milhares de mulheres morrem todos os anos em decorrência de aborto realizado em situação desumanas, reconhecendo ser esta uma grave questão de saúde pública;

3- Que foi aprovado pelas delegadas representantes dos movimentos sociais de mulheres, feministas e representantes governamentais, durante a II Conferência Nacional de Mulheres ocorrida em agosto de 2007, que os Direitos Sexuais e direitos Reprodutivos é uma das prioridades na elaboração de políticas públicas relativas à população feminina;

4- Que a situação de graves seqüelas e mortes evitáveis decorrentes de aborto inseguro e clandestino vem sendo denunciada há anos pelos movimentos de mulheres e feministas;



5- Que conforme denunciado à Subcomissão de Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal no último dia 09 de abril, o indiciamento do contingente de 10 mil mulheres representa cerca de 40% de toda a população feminina cumprindo pena atualmente por todos os crimes no território nacional (25 mil mulheres). Nem mesmo nos anos de ditadura militar, o Brasil registrou uma ação como essa. O contexto mostra o nítido uso político da legislação punitiva para criminalizar as mulheres, num momento em que o tema está em discussão na sociedade e no Congresso Nacional. Iniciativas como essas visam a inibir o direito das mulheres de se insurgirem individualmente (desobediência civil) contra essa lei que restringe seus direitos e a autonomia sobre seus corpos, bem como inibir a atuação das organizações que também defendem esse direito.

6- Considerando ainda que as 9.826 mulheres registradas em uma única clínica representam 4,5% da população feminina de Campo Grande em idade fértil de acordo com dados do Censo/2000, sustentando os resultados obtidos por enquête realizado aborto e que 77% das mulheres e 67% dos homens não denunciariam à policia uma mulher que tivesse feito aborto;

7- Que os parceiros e familiares dessas mulheres em muitas situações participam efetivamente do processo que culmina no ato de interrupção da gestação;

8- Que além do indiciamento judicial que causa o constrangimento moral e emocional, algumas dessas mulheres estão sendo vitimas de ameaças, pelos pais e parceiros, para que não sejam delatados;

9- Considerando ainda que, os dados supra, demonstram claramente que a solução não está na criminalização e punição das mulheres, mas que é um problema de saúde pública, portanto, de toda a sociedade.

Prestamos nossa total solidariedade às mulheres de Mato Grosso do Sul e todo o Brasil que recorrem ao aborto muitas vezes colocando em risco sua própria vida.

Pelo exposto, nós, delegadas e participantes do 10º Encontro Nacional



de Mulheres do Partido dos Trabalhadores vimos nos posicionar contrárias á decisão judicial e com as atitudes de setores conservadores da sociedade sul-mato-grossense que julgou e condenou essas mulheres permitindo que suas vidas fossem vasculhadas e expostas, impactando negativamente em seu cotidiano, desestabilizando muitas vidas e famílias, principalmente com aquelas 25 que já se encontram condenadas.

Exigimos ainda que nossos parlamentares cumpram as decisões legitimadas, através das resoluções do III Congresso do Partido dos Trabalhadores, em relação à defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento a todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem.

Repudiamos todo e qualquer tipo de criminalização das mulheres e defendemos sua autodeterminação.

Brasília, 18 de maio de 2008.

Resolução 02

criação de organismos institucionais nos governos petistas

Atuar e coordenar ações junto aos governos dirigidos pelo PT no sentido de fortalecer as condições políticas e estruturais de garantir Secretarias de Mulheres em todos os níveis de governo, com orçamento próprio e autonomia política, incorporadas nas plataformas eleitorais. Ampliando a elaboração feminista para políticas dos governos petistas; a definição de uma dinâmica de reuniões e uma agenda da Secretaria Nacional de Mulheres do PT com os diversos organismos de governo responsáveis por políticas para as mulheres nos governos petistas.

Brasília, 18 de maio de 2008.

Resolução 03

ABORTO E PUNIÇÃO DOS PARLAMENTARES DO PT

O Partido dos Trabalhadores deve defender e atuar a aprovação da legalização do aborto no Brasil, conforme resolução das duas Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres. Deve também reafirmar e ampliar a resolução do III Congresso Nacional do PT, que votou pela descriminalização do aborto.

Neste sentido, é necessário agir firmemente nas várias instâncias de decisão contra projetos que, ecoando a posições de grupos ultra-conservadores, se contrapõem à luta histórica das mulheres e do Partido dos Trabalhadores pelos direitos sexuais e reprodutivos e autonomia das mulheres. Dentre esses projetos de cunho conservador destacamos;

- Parto Anônimo (ou roda de enjeitados);
- Indenização para crianças geradas de gravidez decorrente de estupro (conhecido como “ Bolsa Estupro” – PL 1763/07);
- Proibição do uso e distribuição de métodos contraceptivos de emergência;
- Projetos que dificultam o acesso ao aborto legal ou impõem condições para o exercício desse direito;
- CPI do aborto
- Estatuto do Nascituro;

Considerando o exposto, o 10º Encontro Nacional de Mulheres do PT propõe:

- I- A saída imediata dos parlamentares do PT que atuam em comis-



sões estratégicas que tratam de questões relativas a direitos sexuais e reprodutivos, que, orientados por seus princípios religiosos e pessoais retrocedem direitos conquistados pelas mulheres e expressam posições contrárias às defendidas pelo PT;

2- Instalação imediata de Comissão de Ética para os parlamentares acima referidos, com prazo de duração definido previamente para o término dos trabalhos e orientação para expulsão daqueles que não acatarem e não respeitarem as resoluções partidárias relativas aos direitos e à autonomia das mulheres;

3- Retirada de tramitação todos os projetos de lei propostos por parlamentares do PT que prejudiquem o direito das mulheres de autonomia sobre seu corpo e sua sexualidade;

4- Assegurar, conforme resolução do III Congresso, a discussão dos/as parlamentares e a Secretaria Nacional de Mulheres do PT quando da apresentação de projetos de lei que tratam das divergências das mulheres reafirmando nossos acúmulos e posições construídas historicamente pelo PT

Brasília, 18 de maio de 2008.

MOÇÃO DAS MULHERES PETISTAS DO BRASIL SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM BELO HORIZONTE



24

Nós, mulheres do Partido dos Trabalhadores, reunidas nos dias 17 e 18 de maio de 2008, em Brasília reunidas no 10º Encontro Nacional de Mulheres do PT repudiamos publicamente uma possível aliança com o PSDB para a disputa da prefeitura de Belo Horizonte. Apoiamos a decisão da Comissão Executiva Nacional do Partido que desautoriza a aliança oportunista com o PSDB na cidade, solicitamos ao Diretório Nacional que mantenha o veto e tome providências imediatas para garantir uma tática eleitoral coerente com as resoluções do 3º Congresso.

Brasília, 18 de maio de 2008.

MOÇÃO DE APOIO A MARINA SILVA

Pelo compromisso da companheira Marina Silva com a luta do meio ambiente, especialmente do Amazonas, nós mulheres do 10º Encontro Nacional de Mulheres do PT afirmamos nossa solidariedade à ela e sua luta pelo meio ambiente.

Brasília, 18 de maio de 2008.

MOÇÃO DE APOIO A ZELI DA SILVA

- Nós, mulheres do Partido dos Trabalhadores, reunidas no X Encontro Nacional das Mulheres do PT, nos dias 17 e 18 de maio de 2008, nos solidarizamos à companheira Zeli da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Indústria de fiação tecelagem e vestuário de rio do sul e região, aonde vem sofrendo uma série de perseguições por parte de um grupo organizado por empresários do setor, no intuito de dividir esta categoria e retirar direitos, construindo um sindicato de fachada e questionando um trabalho reconhecido de luta na organização da classe trabalhadora, principalmente das mulheres, e contra toda forma de violência naquela região.

Brasília, 18 de maio de 2008.



MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA

Nós, mulheres do Partido dos Trabalhadores, reunidas no X Encontro Nacional das Mulheres do PT, nos dias 17 e 18 de maio de 2008, contrárias a toda e qualquer forma de violência, repudiamos a violência cometida pelo Deputado Estadual Renato Hinning (PMDB/SC) contra a sua ex-companheira e exigimos que o PT/SC e a bancada do PT na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, reúnam todos os esforços necessários para que este agressor tenha seus direitos políticos cassados e que a Lei Maria da Penha seja cumprida.

Brasília, 18 de maio de 2008.



©Partido dos Trabalhadores 2008

Ricardo Berzoini

Presidente Nacional do PT

Secretaria Nacional de Mulheres

Laisy Moriére

Secretária Nacional de Mulheres

Componentes do coletivo de Mulheres

Alessandra Terribili

Angelica Fernandes

Fabiana Santos

Fátima Beatriz

Gladis Mirtha

Maria Teles

Raquel Auxiliadora

Rosangela Rigo

Rita Evaristo

Suely Evaristo

Secretaria Nacional de Comunicação

Gleber Naime

Secretário nacional de Comunicação

Edição: Paulo Cangussú André

Projeto gráfico e editoração: Lavoro C&M

www.pt.org.br



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional